

2016

**RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA
DO INCÊNDIO FLORESTAL DA PERNA SECA**

**CONCELHO:
SILVES**



Título: Relatório de Estabilização de Emergência do Incêndio Florestal da Perna Seca

Edição: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Autor: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Texto: Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do
Algarve

Imagens: Departamento de Conservação da Natureza e Florestas
do Algarve

Edição: Setembro de 2016



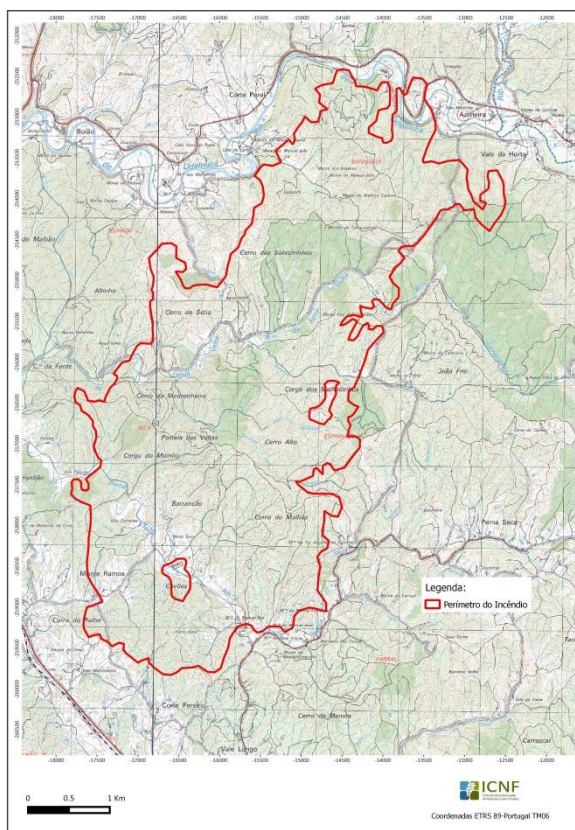
Índice

1. NOTA INTRODUTÓRIA:	4
2. CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO	5
2.1. Concelhos e freguesias	5
2.2. Ocupação do solo	6
2.3. Espécies florestais	6
2.4. Outras atividades económicas	7
3. HISTÓRICO DE INCÊNDIOS	8
4. MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	9
4.1. Combate à erosão e correção torrencial	9
4.2. Fitossanidade	10
ANEXO - Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência após incêndio.....	11



1. NOTA INTRODUTÓRIA:

No dia 8 de agosto de 2016 teve origem no lugar de Perna Seca, freguesia de S. Bartolomeu de Messines, concelho de Silves, um incêndio que se prolongou até ao dia 9 de agosto, tendo consumido áreas de floresta, matos e alguma agricultura no concelho de Silves num total ardido de 1 782,58 ha.



MAPA 1. ÁREA AFETADA PELO GIF DE PERNA SECA

Considerando a existência de instrumentos de apoio a situações de emergência, nomeadamente os referidos na Portaria nº 134/2015, de 18 de maio – Operação 8.1.4. “Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos” no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural PDR 2020, procedeu-se à elaboração do presente relatório onde são identificadas as intervenções necessárias à estabilização dos ecossistemas afetados e à remoção do material ardido, para que posteriormente se proceda à recuperação do potencial produtivo, tendo em vista a reposição e sustentabilidade dos valores ecológicos afetados.

Assim, pretende este relatório enquadrar a situação ocorrida e simultaneamente, perspetivá-lo como fundamento para execução de medidas de estabilização de emergência passíveis de serem executadas.

O trabalho baseia-se na recolha de dados de campo, fotointerpretação de ortofotomapas, informação disponibilizada *online*.



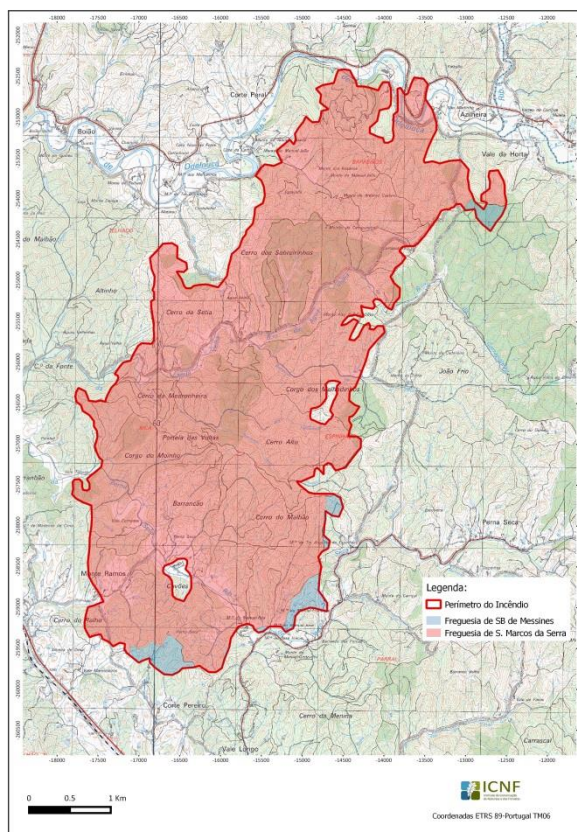
2. CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO

2.1. Concelhos e freguesias

Considerando os declives acentuados e as características do coberto vegetal, associadas às condições meteorológicas que se verificavam à data estando o território em alerta laranja, o incêndio desenvolveu-se de forma rápida, percorrendo em cerca de 15h mais de 1700ha.

Assim, e tendo em conta, os elementos relativos a esta ocorrência constantes no SGIF - Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais, arderam 1782,58ha, dos quais 285,11ha em área de Rede Natura 2000 – SIC/ZPE do Caldeirão o que perfaz 15,99% da área ardida. Aproximadamente 300ha estão inseridos na ZIF S. Marcos da Serra Nordeste.

O incêndio teve origem em causas ainda não apuradas no dia 8 de agosto, às 15:00 horas, na freguesia de S. Bartolomeu de Messines, concelho de Silves, sítio da Perna Seca e propagou-se para norte até ao vale da Ribeira de Odelouca. Foi considerado extinto às 09:15h do dia 09 de agosto.



MAPA 2. ÁREA AFETADA POR FREGUESIA PELO GIF DE PERNA SECA



2.2. Ocupação do solo

A ocupação do solo na área ardida está refletida no Quadro I:

Quadro I - DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO (Dados aferidos pelo GTF)

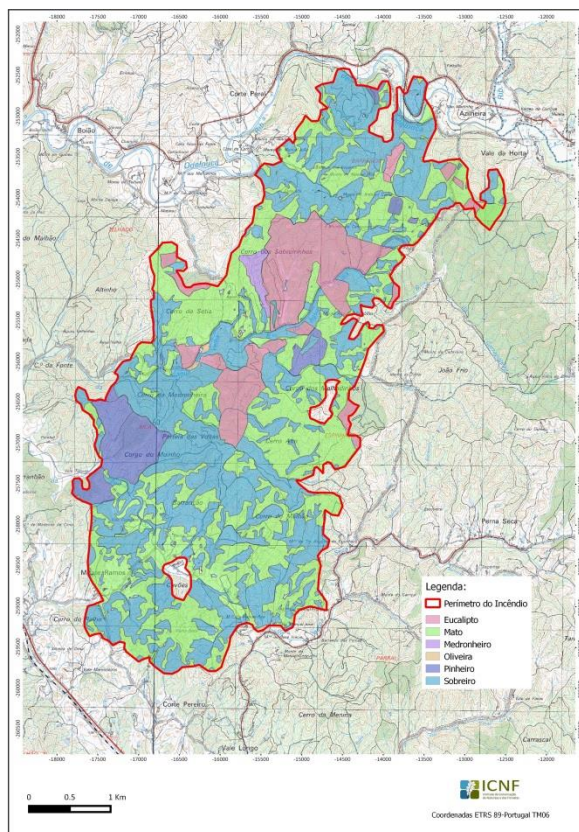
OCUPAÇÃO DO SOLO	ÁREA ARDIDA (HA)	ÁREA ARDIDA(HA) RN2000
Florestal	1063,57	166,88
Matos e incultos, agrícola	719,01	118,22
TOTAL	1782,58	285,1

2.3. Espécies florestais

No que concerne à área florestal consumida pelo incêndio apuraram-se os elementos reportados no Quadro II:

Quadro II – DISTRIBUIÇÃO POR ESPÉCIE FLORESTAL

ESPÉCIE FLORESTAL	ÁREA ARDIDA (HA)	ÁREA ARDIDA (HA) RN2000
Pinheiro	93,65	6,16
Sobreiro	750,28	149,36
Eucalipto	207,13	11,36
Medronheiro	12,51	0
TOTAL	1051,06	166,88



MAPA 3. ÁREA AFETADA POR ESPÉCIE PELO GIF DE PERNA SECA

2.4. Outras atividades económicas

Através do Gabinete Técnico Florestal, obtiveram-se informações sobre outras atividades económicas localizadas neste concelho que foram prejudicadas com a ocorrência deste incêndio:

Pastorícia – Impacto pouco significativo.

Apicultura – Esta atividade económica foi afetada pela destruição direta de cerca de 250 colmeias, bem como pela destruição da flora disponível, de que resulta numa diminuição do alimento disponível que obrigará a uma mudança de localização dos apiários que não foram destruídos.

Cinegética – Coincidente com a área ardida, existem oito zonas de caça, duas municipais (ZCM) e seis associativas (ZCM) (Quadro III), ocupando 94% da área total ardida.

Nestas áreas ficaram afetadas as populações das espécies cinegéticas, comprometendo de imediato a exploração racional na presente época venatória e implicando a adoção de medidas de correção dos exemplares eventualmente sobreviventes, de forma a garantir a recuperação das suas populações. No entanto, e dada a percentagem de área afetada, para cada zona de caça, onde se verifica apenas duas zonas de caça com área afetada superior a 50%, a suspensão de 30 dias, já decorrente da lei em vigor será a medida efetiva mais coerente a aplicar.

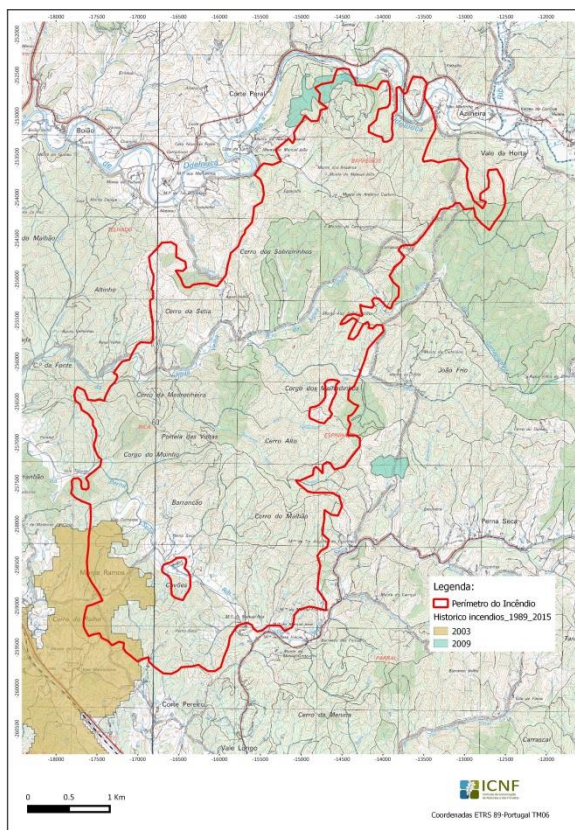
A severidade do incêndio levou à destruição de grande parte da sinalética destas zonas de caça, num perímetro exterior aproximado de 110 km (Quadro III).



Quadro III: ZONAS DE CAÇA AFETADAS

PROCESSO	NOME	TIPO	Área Total ZC	AF Incêndio (ha)	% Afetada	Perímetro (km)
2757	Vale da Velha	ZCA	1092	0,3	0,0	0,22
2853	Medronheira	ZCA	4531	5,6	0,1	1,72
3279	Perna Seca e Agua Velha	ZCA	1062	61,6	5,8	10,27
4047	Cantinho dos Caçadores	ZCA	561	2,1	0,4	0,70
4215	Silves	ZCM	2544	396,9	15,6	17,84
4769	Monte das Pitas	ZCA	912	535,7	58,7	29,74
4827	Boião	ZCA	874	103,1	11,8	14,25
5904	Silves III	ZCM	1105	580,9	52,6	33,76

3. HISTÓRICO DE INCÊNDIOS



MAPA 4. HISTÓRICO DE INCÊNDIOS NA ÁREA DO GIF DE PERNA SECA



Na década de 90 não houve registo de incêndios no local, posteriormente foram apenas registadas ocorrências no ano de 2003 e 2009.

4. MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

4.1. Combate à erosão e correção torrencial

Recuperação das infraestruturas danificadas:

- a) Remoção de acumulação de materiais florestais (árvores, troncos ou ramos) e de rochas que tenham sido arrastados ou caído para as plataformas de circulação de viaturas e para as valetas e aquedutos;
- b) Monitorização, durante os próximos meses, dos sistemas hidráulicos e de taludes e aterros ao longo da rede viária, realizando obras de consolidação se consideradas necessárias.

Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas:

- a) Em primeiro lugar, importa identificar e monitorizar durante algum tempo, os locais mais suscetíveis a fenómenos erosivos e torrenciais (por exemplo, ter atenção especial a locais-alvo de combate ao incêndio com recurso a abertura de faixas de interrupção de combustível com lamina);
- b) No sentido de garantir a maior proteção possível do solo, reduzindo o risco de erosão, deve-se minimizar a movimentação/alteração da camada superficial de solo;
- c) Deve-se evitar a circulação de máquinas, o arraste de troncos e toros numa largura mínima de 10 metros em cada um dos lados das linhas de água;
- d) A movimentação de máquinas, a acontecer, deve ser efetuada sempre que possível segundo as curvas de nível e numa lógica de carregamento e depósito do material lenhoso em local de cota superior, de forma a evitar uma concentração de sulcos que potencie uma maior escorrência de água e terras;
- e) Verificando que o solo se encontra saturado de água, normalmente após ocorrência de longos períodos de precipitação, a utilização de maquinaria pesada deve ser restringida ao imprescindível;
- f) Em locais mais declivosos, a vegetação, os resíduos de exploração, e eventualmente parte do arvoredo consumido pelo fogo, devem ser aproveitados para serem colocados em alinhamento segundo as curvas de nível de forma a reduzir o deslizamento e perda de terra nas encostas.



Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água:

- a) Diligenciar o abate de árvores mortas, a limpeza e desobstrução de linhas de água e das passagens hidráulicas;
- b) Deve-se evitar a circulação de máquinas, o arraste de troncos e toros numa largura mínima de 10 metros em cada um dos lados das linhas de água;
- c) Promover a consolidação através da recuperação da vegetação autóctone das margens, privilegiando a regeneração natural e rearborizando por plantação/sementeira artificial apenas em casos excecionais (recuperação da galeria ripícola);
- d) Promover a manutenção das margens livres de canavial (*Arundo donax*), recorrendo a cortes sistemáticos em estádios precoces do desenvolvimento das plantas, ou através da aplicação de fitofármacos apropriados.

4.2. Fitossanidade

No sentido de garantir um estado fitossanitário adequado torna-se importante retirar o material lenhoso que possa vir a constituir foco de propagação de pragas e doenças devendo, para isso, ter em consideração o grau de intensidade que o fogo atingiu. Por norma, devem ser cortadas de imediato todas as resinosas que estiverem afetadas pelo fogo, sendo aconselhável aguardar sempre que possível, que passe a primavera para decidir sobre a extração de resinosas não suscetíveis ao nemátodo da madeira do pinheiro e folhosas menos atingidas pelo fogo.

Relativamente aos sobreiros, será determinante para a sua sobrevivência o ano da última tiragem de cortiça, já que as árvores descortçadas mais recentemente estarão mais vulneráveis, sendo de prever maiores perdas. Tem vindo a ser adotado, mediante análise e verificação prévia por parte do ICNF/DCNF Algarve, em áreas de GIF, o corte de árvores relativamente jovens que ficaram com o seu tronco danificado – inviabilizando a futura formação de cortiça de qualidade aceitável – mas que se encontrem vivas, pretendendo-se com esta intervenção obter uma rebentação da toíça que permita a condução para constituição de uma nova árvore, sem ferimentos.

Ainda relativamente às resinosas, será de prever nas árvores fogueadas um acréscimo da incidência de ataques de escolitídeos e outras pragas, pelo que se deverão tomar medidas preventivas. Em consequência, devem ser cumpridas as medidas específicas para controlo do NMP estabelecidas no Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto Decreto, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 123/2015, de 3 de julho, e a Declaração de Retificação n.º 38/2015).

Face ao exposto, as medidas preventivas devem ser executadas ainda antes da queda das primeiras chuvas.

Sugere-se ainda, que no âmbito dos trabalhos da exploração florestal, sejam observadas, entre outras, algumas das orientações definidas no manual de “Gestão Pós – Fogo” publicado pelo ICNF.



ANEXO



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio florestal de Perna Seca - Silves

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio (operações com escala territorial relevante) Portaria nº 134/2015, artigo 21º

1- Incêndio

Área (ha)	1.782,58
Concelho	Silves
Distrito	Faro

Data Inicio	08-08-2016
Data Fim	09-08-2016
NUT III	Algarve

2 - Parcelas de intervenção

Parcela n.º	Única
Área (ha)	1.783
Local	Perna Seca
Freguesia	S.Bartolomeu de Messines/S. Marcos da Serra
Concelho	Silves

Elemento fisiográfico do terreno

Encostas	X
Linhas de água	X
Rede viária	X
Biodiversidade	X
Outro	

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas

Recuperação e tratamento de rede viária
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FG
Recuperação de pontos de água
Recuperação de cercas para protecção dos povoamentos
Substituição de sinalização danificada

Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
km	8	1.930,00 €	15.440,00 €
hectare			
nº			
hectare			
nº	1100	3,80 €	4.180,00 €
19.620,00 €			

Controlo da erosão, tratamento e protecção de encostas

Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros
Abertura de regos segundo curvas de nível
Rompimento da camada do solo repelente à água
Tratamento do solo para melhoria das suas características

hectare	150	500,00 €	75.000,00 €
hectare			
hectare	445	350,00 €	155.750,00 €
hectare			
hectare			
230.750,00 €			

Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água

Regularização do regime hidrológico das linhas de água
Obras de correção torrencial de pequena dimensão

hectare	80	2.000,00 €	160.000,00 €
nº	10	3.000,00 €	30.000,00 €
190.000,00 €			

Diminuição da perda de biodiversidade

Aproveitamento da regeneração natural
Instalação, através de sementeira ou plantação
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade
Controlo de espécies invasoras
Aquisição e instalação de protecções individuais de plantas
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem

hectare	93	1.200,00 €	111.600,00 €
hectare	900	600,00 €	540.000,00 €
km			
hectare	100	300,00 €	30.000,00 €
nº	130000	1,00 €	130.000,00 €
nº	85	100,00 €	8.500,00 €
820.100,00 €			

Total

1.260.470,00 €

4- Observações: Área total ardido- 1782,58 ha. De Sb-750,28 ha;Euc.-207,13ha;Pnb-93,65 ha; Md -12,51ha; Olival - 2,41 ha; Area agricola-0,04 ha e Mato(esteva e outras) - 703,60 ha. No sobreiral atingido pelo incêndio, muito é de difícil recuperação, em virtude de ter sido este ano feita a extração da cortiça. Todo o Pinhal afetado, deverá ser cortado de imediato assim como o eucalipto. No medronheiro queimado deverá ser cortada toda a lenha queimada. Na restante área e onde seja possível, deverá efetuar-se a abertura de V/C (até ao declive 25%). Nas áreas de declive mais acentuado deverá proceder-se à sementeira de gramíneas/leguminosas. De referir que em termos de Infraestruturas (caminhos e pequenas barragens), não houve prejuízos significativos. A sinalização de zonas de caça, num perímetro total estimado de 110 Km, foi totalmente danificada.